



Quatro décadas de Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul: 1973-2013

Four decades of Union of Architects in the state of Rio Grande do Sul: from 1973 to 2013

Bruno Cesar Euphrasio de Mello
Arquiteto e Urbanista; Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR-UFRGS;
Doutorando no PROPUR-UFRGS; Professor da Universidade FEEVALE; Conselheiro Fiscal do SAERGS
(gestão 2014-2016)
Rua Sarmiento Leite, 320, 5º andar, CEP 90050-170, Porto Alegre, RS, Brasil.
brunoniteroi@ig.com.br

Resumo

Apresentamos aqui a trajetória de quatro décadas do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS. São apresentadas as gestões, seu contexto e suas pautas de destaque. São expostas ainda datas, realizações, debates e lutas que construíram a história do sindicato que defende os direitos e interesses da categoria dos arquitetos e urbanistas no RS.

Palavras-chave: Sindicato dos Arquitetos, corporação, Rio Grande do Sul, história.



Abstract

Here we present the history of four decades of existence of the Labor Union of Architects in the State of Rio Grande do Sul - SAERGS. The management, their context and their agendas highlights are presented. Further dates, accomplishments, debates and struggles that built the story of the union that defends the rights and interests of the class of architects and urban planners in RS are exposed.

Keywords: Union of Architects, corporation, Rio Grande do Sul, history.

1. INTRODUÇÃO

O nascimento do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul se dá entre o final de 1973 e a metade de 1974. Em novembro de 1973 é assinada a carta sindical, ato formal de criação. Em maio de 1974 é realizada a cerimônia de posse da primeira diretoria. São 40 anos desde sua fundação. Propomos aqui um olhar para o percurso desta entidade. Representativa da corporação dos arquitetos e urbanistas, ao longo de suas quatro décadas participou da vida política nacional e foi polo de convergência de demandas diversas da categoria. Saber sobre sua história é, em alguma medida, recuperar a história da profissão entre os gaúchos.

Mas por que olhar para o passado? Por que questioná-lo? Em nossa sociedade pautada pelo utilitarismo, alguns imaginam que examinar o já ocorrido deve ter uma utilidade concreta, realizar algo produtivo. A perspectiva histórica faz muito mais do que isso. Satisfaz a curiosidade, entretém, diverte, ajuda os homens e as mulheres a viver melhor. Tem dimensão pragmática na medida em que o acontecimento é referência para o atual. Coloca em diálogo tempos e homens que não tiveram a oportunidade de compartilhar experiências (BLOCH, 2001). Por outro lado, ensina a dúvida metódica, o questionamento sobre a realidade, aguça o olhar crítico (REIS, 2006). Jamais indica o que o futuro será. Essa responsabilidade é dos homens do presente, e não do passado.

O conhecimento da trajetória das entidades de classe de Arquitetos e Urbanistas permite maior inteligibilidade sobre os desafios que a profissão enfrenta hoje, alicerçados em conhecimentos mais amplos. É ainda uma maneira de afirmar a personalidade da categoria.

No fim das contas, conhecer o passado é uma forma de realizar certo tipo de transcendência existencial e temporal. Oscar Niemeyer costumava dizer que a vida é um sopro, um instante. E isso tendo já seus cento e tantos anos. A passagem por esse mundo é mesmo diminuta, mas alguns a sentem ainda menor, mesmo vivendo para lá dos cem anos. Alguns, os curiosos, os amantes da vida e da humanidade,

sentem a necessidade imperiosa de ampliá-la e diversificá-la ao máximo, tanto na quantidade quanto na qualidade. Gostar da história – ou por ela ter interesse – pode ser uma forma de ampliar o tempo de existência e de viver muitas vidas em uma só. O sujeito curioso, ao transitar pelo tempo através das janelas de comunicação com o passado, (re)vive o que não viveu, (re)conhece quem não pode conhecer, experimenta o que jamais terá oportunidade. Nesse sentido, amplia, por sobreposição, o tempo de sua existência. E pode, assim, até participar ombro a ombro da assembleia de fundação da Associação Profissional dos Arquitetos de Porto Alegre; pode acompanhar a entrega da carta sindical e os discursos das autoridades; pode espiar pela porta entreaberta os debates apaixonados sobre o projeto de Assistência Técnica à Moradia Econômica; ou ainda alegrar-se ou enfurecer-se com o laborioso dia a dia da atividade e dos compromissos sindicais. Conhecer o passado, quem sabe, seja uma forma de enganar a dimensão limitada e finita da vida. Como Reis (2006) afirma, é uma forma de evasão do tempo.

DA ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL AO SINDICATO DOS ARQUITETOS

A assinatura da carta sindical do SAERGS, ato formal que marca o início de sua existência, ocorreu em 1973. No entanto, o processo que culminaria com a constituição da entidade é longo. A fundação do Sindicato dos Arquitetos arremata um trabalho que principia em 1969 com a formação da Associação Profissional dos Arquitetos de Porto Alegre (APA). É essa entidade que, posteriormente, dá origem ao SAERGS.

A iniciativa de fundar uma Associação Profissional como meio para criar um sindicato seguia à risca resolução do VI Congresso Brasileiro de Arquitetos, organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB, e realizado em Salvador, na Bahia, em 1966. Por força da legislação vigente, para criar um sindicato era necessário haver uma associação profissional (BRASIL, 1943). A perspectiva era de que a futura entidade funcionaria para questões específicas relacionadas à disputa capital/trabalho e na defesa dos arquitetos assalariados, algo para o qual os IABs não tinham competência legal. Conforme argumenta

Newton Burmeister, ex-dirigente do SAERGS e ex-presidente da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas - FNA, “sopa é com colher, não tem como comer com garfo. O Sindicato foi a nossa colher para comer essa sopa sindical” (BURMEISTER, 2013). A Associação Profissional, e como consequência dela, o Sindicato, eram instrumentos com finalidade muito bem definida.

Há ambiguidade sobre a data da reunião que cria a APA. O livro de presenças da Assembleia Geral, assinado por trinta e três profissionais, registra o dia 28 de outubro de 1969. Já a ata da reunião apresenta o dia 3 de dezembro de 1969. Seja como for, essa reunião ocorreu um ano após ser decretado o Ato Institucional nº 5¹, que concedia poderes extraordinários ao Executivo Federal e suspendia garantias legais, abrindo o período de endurecimento da repressão durante a ditadura militar. Neste contexto, organizar uma entidade com vistas a dar origem a um sindicato de trabalhadores era um ato de coragem.

O IAB – Departamento Rio Grande do Sul – liderou este processo no Estado. Foi Demétrio Ribeiro quem abriu a reunião de fundação da APA. Na condição de presidente do IAB/RS, nada mais natural. Ele, no entanto, jamais participaria das diretorias da APA, tampouco do SAERGS. Essa reunião foi realizada na própria sede do Instituto, na rua Prof. Annes Dias, Centro da capital gaúcha.

Na mesma reunião, em 1969, é apresentado e aprovado estatuto da Associação e indicada chapa para dirigi-la. Na ata, consta que foi “sugerida uma chapa composta dos arq. Breno F. [Falcão] Motta, L. [Luiz] C. [Carlos] Xavier, Regina Cutin, para pres. [presidente], sec. [secretário], tez. [tesoureiro], respectivamente com Guaracy M. [Miguel da] Conceição, C. [Cláudio] Ferraro, Clovis [Ilgenfritz da] Silva como suplentes e mais o conselho fiscal Paulo V. [Vianna] Bopp, Benno Sperhacke e Militão M. [de Moraes] Ricardo para titulares, com Ivone Manske, Nelson Medeiros e Emil [Achutti] Bered como suplentes” (APA, 1969). O mesmo documento deixa

¹ O Ato Institucional nº 5 foi baixado em 13 de dezembro de 1968, pelo presidente Costa e Silva. Dava ainda poderes ao presidente para cassar mandatos e suspender direitos políticos. Ele durou até o início de 1979. É conhecido como o mais duro ato normativo da ditadura militar.

explícita a ansiedade em tornar a associação um sindicato. Registra a ata: “o arq. A. [Alfredo José] C. [Chagas] Porto Alegre solicita que conste em ata que a associação deverá promover no menor prazo possível sua transformação em sindicato” (APA, 1969).

A carta sindical só foi assinada anos depois, em 9 de novembro de 1973, durante o governo do militar Emilio Garrastazu Médici. Quem assina a carta é o Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social, Júlio Barata. A solenidade de entrega da carta sindical ocorreu em 15 de janeiro de 1974, no auditório da sede do IAB/RS. Em seu pronunciamento, Clovis Ilgenfritz da Silva, então presidente da APA, destacou que, além da atitude reivindicatória de questões próprias para a categoria profissional, o Sindicato “tem também uma missão a desempenhar, que é a missão de colaborar para traçar as linhas de desenvolvimento da nossa nação e, principalmente, da nossa região” (SAERGS, 1974-b). Já o representante do Ministério do Trabalho, o Delegado Regional do Trabalho Guido Moesch, afirmava que “um sindicato autêntico precisa ser órgão de colaboração, não pode ser órgão de contestação. Deve ter independência, mas não usar esta independência só para contestar, precisa integrar-se para ajudar as autoridades do poder público a realizar estas funções que visam, principalmente, à realização do bem comum” (SAERGS, 1974-b). O representante do ministro do Trabalho apresentava, assim, entendimento oficial sobre como deveriam funcionar os sindicatos. Eles não deveriam ser espaços de resistência ou oposição ao regime, mas entidades que trabalhassem cooperativamente com o governo autoritário.

AS PRIMEIRAS GESTÕES DO SAERGS.

No dia 16 de abril de 1974, foram realizadas as eleições da diretoria e do conselho fiscal da entidade. No dia 13 de maio do mesmo ano, foi realizada a cerimônia de posse da primeira diretoria do SAERGS (SAERGS, 1974-a). Essa diretoria inaugural tinha tarefa duplamente complicada: construir um sindicato e fazê-lo em meio a um

período de forte repressão. A presidência da entidade foi ocupada, nas três primeiras gestões (1974-1977, 1977-1980 e 1980-1983), por Clovis Ilgenfritz da Silva.

O Sindicato dos Arquitetos foi sediado provisoriamente no edifício do IAB/RS, na rua Prof. Annes Dias. Somente em 1978, a entidade teria sede própria. A transferência deu-se no dia 8 de abril de 1978 (SAERGS, 1978). A pequena casa da década de 1920, na Rua José do Patrocínio, foi cedida ao Sindicato para uso gratuito pelo patrimônio da União. O edifício era antigo, em condições precárias, mas o SAERGS, a partir de então, contava com sede própria. As reformas necessárias foram feitas através de doações de empresas e de profissionais do Estado. José Guilherme Piccoli relata esse início: “Com o apoio do arquiteto Carlos Alberto Medeiros Morganti, nosso colega, responsável pelo Patrimônio da União na Capital, foi-nos entregue esta casa, hoje sede do Sindicato. Tratava-se, na época, de uma casa abandonada, deteriorada, com infiltrações, cupim, enfim, cheia de problemas. (...) Iniciamos, então, o processo, solicitando colaborações dos colegas e botando a mão na massa. Colocamos tapume de proteção em frente da obra, procurei ajuda dos meus fornecedores, conseguindo materiais, como vidros, tintas, madeira, material elétrico, etc” (PICOLLI, 2013).

Entre meados da década de 1970 e o início da década de 1980, o Brasil passou por uma expressiva ampliação do movimento sindical e por impactantes greves, principalmente na região do ABC Paulista (ANTUNES, 2011; ALMEIDA, 2011). Este foi momento de reivindicação por abertura política, de organização de movimentos contra hegemônicos, embrião de novos partidos políticos e movimentos sociais. Se para o senso comum a década de 1980 foi a “década perdida”, do ponto de vista da reconquista da democracia e de direitos sociais, foi um momento que a sociedade brasileira avançou e muito.

Além das atividades relacionadas especificamente ao universo da arquitetura e urbanismo, o SAERGS participou, neste momento, do movimento sindical brasileiro mais amplo. Há manifestações no veículo de comunicação Sindicato, o jornal Arquiteto/RS

(SAERGS, 1979), apoiando os movimentos grevistas do ABC Paulista de 1978 a 1979. Representantes da entidade estiveram presentes na 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), ocorrida no ano de 1981, em Praia Grande, São Paulo (SAERGS, 1981). Nesta conferência, foram colocadas em confronto as concepções sindicais autointituladas “autônomas” e o movimento sindical tradicionalmente atrelado ao Estado, o sindicalismo “pelego”. Nesta primeira Conclat, o Sindicato expôs um documento apresentando a proposta do Programa de Assistência Técnica Gratuita ao Projeto e Construção da Moradia Econômica para Pessoas de Baixa Renda, o programa ATME. Anos depois, em 2008, este projeto lançado pelo Sindicato dos Arquitetos na Conclat se tornaria a lei nº 11.888/08, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social (BRASIL, 2008). Posteriormente, o Estado do RS aprovou lei semelhante - lei nº 13.789/11 -, que regulamenta a assistência técnica à habitação de interesse social no Estado.

Ainda neste período, ampliando o campo de atuação do SAERGS, foram realizadas atividades para além das lutas políticas e da relação com o movimento sindical. Em 1979 foi realizada a 1ª Semana Gaúcha de Arquitetura. O evento foi sediado na Assembleia Legislativa do Estado. Foram realizadas exposições, mostra de projetos de arquitetos gaúchos, debates, atividades culturais, exposição de fotos e filmes Super 8. Além de ser momento de diálogo entre os profissionais do Estado, propunha a divulgação da profissão, apresentando as suas atribuições de forma mais ampla possível à população rio-grandense.

Já em dezembro de 1982 ocorreu a primeira Rústica dos Arquitetos (SAERGS, 1983). Essa competição esportiva, organizada por Paulo Edi Rivero Martins, teve vida longa – durou mais de 15 anos (SAERGS, 1996). Consistia em corrida de 10km por Porto Alegre. A rústica passou a fazer parte do calendário esportivo da cidade. Havia duas categorias de premiações: uma para os atletas de maneira geral; outra só para os atletas arquitetos.

GESTÕES DE CONTINUIDADE – HERMES PURICELLI, HELGA PEREIRA E EDUARDO VIEIRA.

Quem enfrentou o desafio de assumir a presidência do SAERGS após as três gestões sucessivas encabeçadas por Clovis Ilgenfritz da Silva foi Hermes de Assis Puricelli. Ele tomou posse no ano de 1983, acompanhado de um grupo diretivo renovado. No entanto, apesar da substituição de boa parte dos quadros da direção, esse grupo manteve continuidade programática e ideológica com as gestões anteriores. Como afirma Hermes Puricelli, “a gente era um grupo que era quase ‘filho’ do Clovis. Como eu falei anteriormente, a gente veio pra cá e o Clovis era uma referência, uma liderança. (...) A transição entre as gestões foi tranquila porque, na verdade, a gente era o grupo da diretoria e não havia uma oposição” (PURICELLI, 2013).

Essa gestão participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no ano de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo (SAERGS, 1983-a) e da fundação da CUT/RS em 1984 (SAERGS, 1984-a). Acompanhou ainda a mobilização pelas Diretas Já, organizando a categoria e participando das manifestações públicas em apoio a esse reclame popular (SAERGS, 1984-b).

A gestão seguinte, 1986 -1989, foi presidida por Helga Correa Pereira, primeira mulher no comando do SAERGS. A nominata dessa diretoria trazia muitas mulheres ocupando papéis importantes na entidade. Exemplos são a vice-presidente Glenda Pereira da Cruz, a primeira diretora secretária Nara Helena N. Machado e a segunda diretora secretária Ilse Rosito Dicki. Essa gestão manteve-se alinhada com as gestões anteriores. Como afirma Helga, sua gestão como presidente, “foi uma continuidade. O Clovis e o grupo mais antigo foram para a FNA [Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas] e nós, os mais novos, ficamos no Sindicato” (PEREIRA, 2013).

Nesse mesmo período, o grupo que atuava na entidade começou a questionar a necessidade de manter ativo um sindicato como o dos arquitetos. O motivo era simples. Boa parte dos profissionais assalariados passou a ser representada (e a se sentir representada) pelos sindicatos de servidores públicos. Uma alteração na legislação foi a causadora desse cenário.

A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho, decreto lei nº 5.452/43), desde 1943 determinava em seu art. 566 que “não podem sindicalizar-se os servidores do Estado e os das instituições paraestatais” (BRASIL, 1943). Já a Constituição da República de 1988 passou a regulamentar a questão de maneira diferente. Em seu art. 37, inciso VI, indicava que “é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical” (BRASIL, 1988). Desta forma, a Constituição, aprovada em 1988, durante a gestão do SAERGS presidida por Helga, trouxe novo entendimento sobre a representação do servidor público. Como consequência, houve um incremento do número de sindicatos de servidores e a migração dos arquitetos para estas entidades. O dilema gerado por este fato está no depoimento de Helga, quando afirma que “nós não tínhamos mais base para defender enquanto Sindicato, nós achávamos isso” (PEREIRA, 2013). Imaginou-se, inclusive, criar outra entidade a partir da fusão entre o IAB e o SAERGS, mas a ideia não foi adiante.

Em 1989, Eduardo Nunes Vieira assumiu a presidência do SAERGS. Foi no mesmo ano em que Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores, iniciou o mandato na Prefeitura de Porto Alegre. A gestão presidida por Eduardo (1989-1992) foi a última de um grande ciclo. Desde 1974, as gestões que se sucederam eram identificadas politicamente. Apesar da incorporação de novos quadros, a linha de atuação mantinha-se. Contudo, essa gestão terminou em meio a uma crise de interesse iniciada já anteriormente.

O aparecimento dos sindicatos de servidores públicos impôs uma interrogação sobre a razão de existir da entidade. Na compreensão das pessoas envolvidas com o SAERGS, ele foi perdendo a base. Era uma situação delicada. Por um lado, os assalariados passavam a não identificar no Sindicato dos Arquitetos seu representante e defensor de seus direitos e interesses. Por outro lado, representar profissionais empregadores e autônomos estava fora de questão por diversos motivos: por ser uma entidade de representação de trabalhadores assalariados, pela trajetória histórica da entidade, pela existência do IAB que gozava de credibilidade ante aos autônomos, etc. A diretoria achava que seu período de atuação havia encerrado. É Helga quem

afirma, “a nossa ideia era de que, enquanto Sindicato de Arquitetos, já havia passado o ciclo. Nós já tínhamos feito o nosso papel, que era mostrar para os arquitetos, e nós também nos convenceremos, da importância do arquiteto enquanto trabalhador como os outros. Nós não tínhamos mais base para defender enquanto Sindicato, nós achávamos isso” (PEREIRA, 1983).

CRISE, DESCONTINUIDADE E A TURBULENTA DÉCADA DE 1990.

Na metade do ano de 1992, momento final da gestão de Eduardo Nunes Vieira, abriu-se um processo eleitoral. Nenhuma chapa se apresentou para concorrer à direção do SAERGS. Evidenciava-se a crise. Os dirigentes sindicais do período, que já vinham trabalhando nas gestões anteriores, não vislumbraram a possibilidade de montar uma chapa de situação. Sugeriu-se, inclusive, extinção do Sindicato. No entanto, um grupo de alguns poucos arquitetos assumiu a diretoria por três meses para responderem por sua administração. Este tempo foi o necessário para encaminhar o processo eleitoral, a sucessão e, conseqüentemente, a manutenção do Sindicato. O presidente interino deste momento, Eduardo Bimbi, relembra: “Mas eu me lembro dessa reunião em que foi dito que não havia interesse em ter a disputa eleitoral, que não havia pessoas interessadas. Eu estava ali, eu era suplente da diretoria e, sinceramente, eu tinha interesse em participar. Ninguém tinha me consultado e estavam dizendo que não tinha. E havia mais dois diretores que eram suplentes na época, que eram a Deonice Romero dos Santos e Ilton [Luís] Schuler [da Silva], que também eram suplentes e também tinham algum interesse.” (BIMBI, 2013).

Curiosamente, nas eleições chamadas por este grupo, apresentaram-se duas chapas para concorrerem ao Sindicato: a Chapa 1 (Ampliação), encabeçada por Sérgio Horst, e a Chapa 2 (Alternativa), encabeçada por Carlos Edison Araújo da Silveira. Candidato pela Chapa 1, André Huyer relata como foi esta eleição: “Foi um pleito muito correto, muito elegante. O pessoal da outra chapa tinha a mesma preocupação que nós tínhamos, de não deixar fechar o Sindicato, e até, se não me engano, teve gente da outra chapa que colaborou

depois na nossa diretoria. Foi uma coisa muito positiva” (HUYER, 2013).

A chapa vencedora foi encabeçada por Sérgio Horst. Sua composição apresentava algumas poucas pessoas que já haviam participado de gestões anteriores. A grande maioria era de iniciantes na lida sindical. A renovação fora extensa. Rompera-se a continuidade com a memória da entidade e com a linha política sustentada desde a fundação do SAERGS. E, segundo o próprio presidente da nova gestão, esta era uma chapa formada fundamentalmente por profissionais autônomos. Afirma ele que “a minha chapa pendia mais para o arquiteto autônomo. Se formos ver a composição, tanto os seis titulares quanto os suplentes... se tiver um ou dois ali que tinham vínculo com órgão público, era muito” (HORST, 2013).

Como a situação de esvaziamento da entidade era grande, essa gestão, inicialmente, esforçou-se por manter o Sindicato em atividade. André Huyer recorda-se que “como o Sindicato estava em uma linha descendente até então, quando a nossa diretoria assumiu foi um caos. Em um dia, corta a água, no outro dia, corta a energia elétrica, noutro dia, corta o telefone” (HUYER, 2013).

Ao final da gestão, Sérgio Horst candidata-se novamente à presidência e vence as eleições para o triênio 1995-1998. Em sua segunda gestão, mais precisamente no ano de 1998, há uma grande reformulação na diretoria. O presidente e o vice-presidente afastam-se. Havia, segundo o presidente, divergências sobre a linha política a adotar. O clima de disputa interna acirrou-se, o que contribuiu para seu afastamento. Juarez Ribeiro assumiu interinamente para a transição e, fazendo balanço do momento, aponta: “fui indicado por um grupo que queria uma atuação mais agressiva do Sindicato em relação às questões sindicais. Questões trabalhistas, profissionais, valorização profissional. Eles achavam que deveria sair da acomodação que estava passando o Sindicato para uma melhor divulgação da profissão e melhor atuação” (RIBEIRO, 2013).

A gestão seguinte, triênio 1998-2001, presidida por Werner Schneider, também foi atribulada. Na ata da 21ª reunião de diretoria, realizada no dia 27 de maio

de 1999, é apresentado o pedido de licenciamento do presidente Werner Schneider e do vice-presidente Wanderlei Alíbio, bem como a renúncia da primeira diretora secretária Deonice Romero dos Santos. Esta última indica o motivo dos afastamentos, ao relatar que “na verdade, os próprios membros da diretoria tinham objetivos diferentes” (SANTOS, 2013). Logo após, a diretoria é recomposta e completa o período do mandato.

Ainda em meio a essa turbulenta década de 1990, foi criada a premiação do Arquiteto do Ano. Sua primeira edição ocorreu no ano de 1996, durante a gestão presidida por Sérgio Horst. Ela foi idealizada por André Huyer, à época, primeiro diretor secretário. A intenção era laurear o arquiteto de maior destaque do ano e trazer mais visibilidade para a profissão. Sobre a premiação do Arquiteto do Ano, Huyer comenta que “desde formado, eu já pensava nessa questão. Como os arquitetos podem ser mais reconhecidos pela sociedade de uma maneira geral? Outras entidades e profissões fazem o profissional do ano do seu ramo. Essa foi uma ideia que eu já tinha apresentado de uma maneira muito embrionária, e lançado, até para outras entidades. Depois que eu passei a participar do Sindicato dos Arquitetos, eu propus: por que a gente não faz isso aqui?” (HUYER, 2013).

O primeiro Arquiteto do Ano foi o profissional Alberto Giuseppe Pio Adomilli, escolhido por ter seu trabalho vencedor do concurso público nacional de arquitetura Porto dos Casais. Posteriormente, ano a ano, a premiação foi sendo repetida, tendo sido interrompida de 2007 a 2010. Em 2011, a premiação foi retomada e houve alteração do seu nome para “Arquiteto e Urbanista do Ano”². Alterou-se o nome

² Foram “Arquitetos do Ano” ou “Arquitetos e Urbanista do Ano” os seguintes profissionais: 1996 – Alberto Giuseppe Pio Adomilli; 1997 – Francisco Pedro Bopp Simch; 1998 – César Dorfman; 1999 – Cláudio Luiz Gomes de Araújo; 2000 – Moacyr Moojen Marques; 2001 – Emil Achutti Bered; 2002 – Carlos Maximiliano Fayet; 2003 – Clovis Ilgenfritz da Silva; 2004 – Dalton R. Pacheco Bernardes e Júlio Ramos Collares; 2005 – Irineu Breitmann; 2011 – Ivan Gilberto Borges Mizoguchi; 2012 – Célia Ferraz de Souza; 2013 – categoria Trajetória Profissional (Vera Fabrício de Carvalho), categoria Jovem Profissional (Camila Thiesen), categoria Obra, Ação ou Trabalho Destaque do Ano (Projeto Arquitetura e Comunidade – Universidade FEEVALE).

para contemplar a titulação referida na lei 12.378 sancionada em 2010, que cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Desta forma se reforça a identidade da profissão.

OS ANOS 2000 E O DEBATE SOBRE O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO.

O final da década de 1990 e a primeira década dos anos 2000 foram períodos em que a saída dos arquitetos e urbanistas do sistema Confea/Crea e a criação de um conselho profissional próprio eclipsaram outros debates. A gestão presidida por Werner Schneider (1998-2001), e interinamente presidida por André Fernando Muller (a partir de maio de 1999), apresentavam-se reticentes em relação à proposta do novo conselho. Entendiam que a reivindicação era de um conjunto inexpressivo de profissionais e que merecia ser mais suficientemente discutida (SAERGS, 1999-b). Em outros momentos, apoiavam a causa, mas cautelosamente, e sob a condição de que se realizasse um amplo processo de discussão com a categoria ou um plebiscito nacional para verificar a posição dos profissionais do país (SAERGS, 1999-a). Não faziam defesa categórica e irrestrita.

Em periódico da entidade de setembro/outubro de 2000, o então presidente do SAERGS, André Fernando Muller, contestava o que entendia ser uma manobra política em favor da tese da criação do conselho próprio. Segundo ele, o esvaziado XVI Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em Cuiabá naquele ano, aprovara em plenária final “documento elaborado em reunião paralela do Conselho Superior do IAB, e que veio pronto à plenária” (SAERGS, 2000). A “Decisão de Cuiabá” afirmava ser “irreversível a união de arquitetos e urbanistas e suas entidades em torno da construção de uma Lei Federal que regule o exercício da profissão” (SAERGS, 2000). Contestando incisivamente o processo de construção desta decisão, Muller argumentava: “não é esta a maneira democrática de tomar decisões em nome dos 80.000 arquitetos brasileiros” (SAERGS, 2000).

A partir dos anos 2000, as gestões passaram a gozar de maior estabilidade. Não há importantes reformulações, recomposições ou troca de parte relevante da diretoria.

Nas gestões presididas por Cesar Fasoli (2001-2004 e 2004-2007), o discurso em relação à criação do conselho profissional próprio muda. Suas gestões empenharam-se em contribuir com a unidade entre as entidades de arquitetos e urbanistas para viabilização deste projeto. Neste sentido, um dos fatos importantes ocorridos na primeira década dos anos 2000 foi a criação do Fórum das Entidades Estaduais de Arquitetos. A criação deste fórum, no ano de 2002 (SAERGS, 2002), tinha vários objetivos, mas no centro dele esteve o trabalho coordenado das entidades – o que já acontecia nacionalmente com o Colégio de Entidades de Arquitetos – para a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

Ao longo da última gestão presidida por André Muller (2008 e 2010), acirrou-se novamente o antagonismo entre os que lutavam pela criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo e os que mantinham o questionamento sobre a saída do sistema Confea/Crea. Majoritariamente, o grupo que dirigia o Sindicato era contrário à criação do conselho próprio (MULLER, 2013). Isto criou um mal-estar entre o SAERGS e as demais entidades, isolando o Sindicato das demais entidades de arquitetura do Estado que compunham o Fórum de Entidades Estaduais de Arquitetos.

Em 2011, a diretoria presidida por Cicero Alvarez venceu as eleições com a proposta de adesão à implantação do CAU, que havia sido sancionado pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro de 2010. E esta gestão, 2011-2013, participou efetivamente do processo de implantação do CAU. Inclusive abrigando temporariamente o Conselho durante breve período inicial de funcionamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas quatro décadas de existência o SAERGS refletiu o que foi a profissão. Seu engajamento deu-se em pautas diversas, não só as estritamente corporativas como também as questões nacionais mais amplas. O presente não é diferente. O quadro atual de descredito nas entidades político-associativas tem reflexo não só no SAERGS, mas em todas as demais entidades de arquitetos.

As entidades representativas da profissão têm um número cada vez mais reduzido de sócios face ao tamanho da categoria profissional. No Rio Grande do Sul, tido como um Estado com alto grau de politização há pouco mais de dez mil profissionais registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/RS), logo, aptos a atuar profissionalmente. O SAERGS e outras entidades associativas como AAI/Brasil-RS, AsBEA/RS e IAB/RS contam com número de associados muito baixo. Talvez nem 10% do total da categoria. Razões podem ser várias. Desde a falta de interesse em participar de associação até a descrença na possibilidade de resolver os dilemas da profissão coletivamente.

Entidades de classe fortes fazem profissões respeitadas e de fato valorizadas. Diminuí-las pela não participação e desmobilização abre flanco para a desvalorização e desrespeito. Este é um desafio à todas profissões. E só a perspectiva histórica nos faz enxergar sua importância.

Referências Bibliográficas

- . ALMEIDA, Gelsom Rozentino. História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2011.
- . ANTUNES, Ricardo L.C. O continente do labor. São Paulo, SP: Boitempo, 2011;
- . ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS ARQUITETOS DE PORTO ALEGRE - APA. Ata de fundação da Associação Profissional dos Arquitetos de Porto Alegre. Dia 03 de dezembro de 1969, Arquivo do SAERGS.
- . BLOCH, March. Apologia da história, ou, O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001. p.41.
- . BRASIL. Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 15 de março de 2014.
- . BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acessada em: 15 de março de 2013.

. BRASIL. Lei nº 11.888 de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm >. Acesso em: 15 de março de 2014.

. BIMBI, Eduardo [09 julho 2013]. Porto Alegre. Entrevistador: Bruno C. E. de Mello. Entrevista concedida para o livro de 40 anos do SAERGS.

. BURMEISTER, Newton [04 julho 2013]. Porto Alegre. Entrevistador: Bruno C. E. de Mello. Entrevista concedida para o livro de 40 anos do SAERGS.

. HORST, Sérgio [10 julho 2013]. Porto Alegre. Entrevistador: Bruno C. E. de Mello. Entrevista concedida para o livro de 40 anos do SAERGS.

. HUYER, André [05 julho 2013]. Porto Alegre. Entrevistador: Bruno C. E. de Mello. Entrevista concedida para o livro de 40 anos do SAERGS.

. MULLER, André [24 julho 2013]. Porto Alegre. Entrevistador: Bruno C. E. de Mello. Entrevista concedida por e-mail para o livro de 40 anos do SAERGS.

. PICCOLI, José Guilherme [12 julho 2013]. Porto Alegre. Entrevistador: Bruno C. E. de Mello. Entrevista concedida para o livro de 40 anos do SAERGS.

. PEREIRA, Helga Correa [18 julho 2013]. Porto Alegre. Entrevistador: Bruno C. E. de Mello. Entrevista concedida para o livro de 40 anos do SAERGS.

. PURICELLI, Hermes de Assis [09 julho 2013]. Porto Alegre. Entrevistador: Bruno C. E. de Mello. Entrevista concedida para o livro de 40 anos do SAERGS.

. REIS, José Carlos. A História, entre a Filosofia e a Ciência. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

. RIBEIRO, Juarez [21 agosto 2013]. Porto Alegre. Entrevistador: Bruno C. E. de Mello. Entrevista concedida para o livro de 40 anos do SAERGS.

. RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 13.789 de 19 de setembro de 2011. Dispõe sobre a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para as famílias de baixa renda e altera a Lei nº 13.017 de 24 de julho de 2008, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social – SEHIS -, o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS – e o Conselho Gestor do FEHIS. Disponível em:

< <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/13.789.pdf> >. Acesso em: 15 de março de 2014.

. SANTOS, Deonice Romero dos [09 outubro 2013]. Porto Alegre. Entrevistador: Bruno C. E. de Mello. Entrevista concedida por e-mail para o livro de 40 anos do SAERGS.

. SAERGS. Fórum das Entidades: arquitetos se reúnem para fortalecer a categoria. Fonte: Arquiteto/RS. Jornal do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul. Jul./Ago./Set., 2002. Número 3. p.05.

_____ Palavra do presidente. Afinal, falamos em nome de quem? Arquiteto/RS. Jornal do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul. Set./Out., 2000. Sem número. P.02.

_____ Palavra do presidente. Arquitetura: um passo para frente ou para trás. Arquiteto/RS. Jornal do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul. Jul./Ago., 1999-a. Sem número. p.02.

_____ Debate. Para onde deve ir a arquitetura? Opiniões sobre a ligação do sistema CONFEA/CREA com os arquitetos tentam mapear o futuro da profissão. Arquiteto/RS. Jornal do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul. Mar./Abr., 1999-b. Sem número. p.04-05.

_____ 15 anos de rústica dos arquitetos: sonhos e profissionalismo com muitas lutas.

Arquiteto/RS. Jornal do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul. Out., 1996. Sem número. p.04.

_____ Central Única dos Trabalhadores – CUT já é uma realidade. Arquiteto/RS. Jornal do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul. Set., 1983-a. nº 27. p.04.

_____ I Rústica dos arquitetos foi um sucesso. Arquiteto/RS. Jornal do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul. Abr./Maio, 1983-b. nº 26. p.07.

_____ CUT no sul já é realidade. Arquiteto/RS. Jornal do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul. Nov./Dez., 1984-a. nº 34. p.02.

_____ Esta luta também é nossa. Fonte: Arquiteto/RS. Jornal do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul. Jan./Fev., 1984-b. nº 29. p.04.

_____ CONCLAT: um marco histórico no desenvolvimento da luta do trabalhador brasileiro. Fonte: Arquiteto/RS. Jornal do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul. Out., 1981. nº 20. p.04. Arquivo do SAERGS.

_____ Os arquitetos e a greve do ABC. Boletim Informativo Fonte: Arquitetura/RS. Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul. Fev./Mar., 1979. nº 3. p. 01.

_____ Sindicato inaugura a nova sede na José do Patrocínio. Revista Espaço e Arquitetura, nº 6, Jun. de 1978, p.14.

_____ De casa nova. Revista Espaço e Arquitetura, nº 5, abril de 1978, p.11.

_____ Ata da cerimônia de posse da primeira diretoria do SAERGS. Dia 13 de maio de 1974-a. Arquivo do SAERGS.

_____ Ata da Assembleia de outorga solene da carta sindical ao SAERGS. Dia 15 de janeiro de 1974-b. Arquivo do SAERGS.